

# RESUMOS DE E DISS

---

RESUMOS DE TESES  
E DISSERTAÇÕES

## ESTUDOS PALEOGENÉTICOS EM AMOSTRAS DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA AMÉRICA LATINA

**Anderson Nonato do Rosário  
Marinho**

Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular. Belém, ICB/UFPA, 2008.

Nas últimas décadas o polimorfismo do DNA mitocondrial (mtDNA) vem sendo utilizado como ferramenta em estudos das populações humanas e da dispersão destas populações no continente americano. Algumas das mais intrigantes perguntas acerca da chegada do homem na América dizem respeito ao tempo de chegada, as possíveis rotas de entrada e o número de ondas de migração. O único consenso que parece existir entre as diferentes áreas do conhecimento é a hipótese de que o homem tenha chegado ao continente americano através do estreito de Bering. Após a colonização da América do Norte por via terrestre ou por via marítima (navegação costeira), as populações ameríndias migraram para o sul do continente há pelo menos 15.000 anos AP com a principal via de entrada pelo Istmo do Panamá. Estas populações teriam migrado para diferentes direções dentro do continente. O grau de proximidade entre as diferentes populações que migraram ainda é tema de discussão na comunidade científica, uma vez que, a utilização de material ancestral é fundamental para responder estas perguntas. A principal dificuldade em estudar material proveniente de sítios arqueológicos ou de museus

é o grau de preservação das amostras, bem como seu DNA. Em nosso trabalho utilizamos amostras provenientes de sítios do Brasil (sítios de Lagoa Santa/MG e Sambaquis de Saquarema/RJ, terras baixas) juntamente com amostras provenientes de San Pedro de Atacama (Coyo Oriental e Catarpe 2, terras altas) para investigar primeiramente como os efeitos tafonômicos atuavam nas amostras compostas de remanescentes ósseos, e posteriormente utilizamos técnicas de biologia molecular para estudar os conjuntos de mutações da região HVS-I para caracterização dos haplogrupos presentes. Os resultados dos experimentos demonstraram que é possível identificar diferenças na preservação das amostras ancestrais, com esta preservação atuando diretamente no mtDNA presente nas amostras investigadas. De posse destes dados foi possível avaliar e guiar os experimentos para um melhor aproveitamento do material. Na análise genética foi possível observar que os haplogrupos estavam distribuídos como: haplogrupo A (8,6%), B (40%), C (20%), D (17,1%) e Atípicos (14,3%). Com a distribuição dos haplogrupos não ocorrendo de forma similar nos grupos estudados, nas amostras terras altas e terras baixas. As análises de distância genética demonstraram que as amostras da região de Lagoa Santa (terras baixas) estavam mais proximamente relacionadas as amostras de San Pedro de Atacama (terras altas) ( $F_{st}=0.0016$ ) com as amostras de sambaqui apresentando valores altos de distância genética para San Pedro de Atacama e Lagoa Santa ( $F_{st}=0.468, 0.295$  respectivamente).

LAND-USE DECISION MAKING,  
UNCERTAINTY AND EFFECTIVENESS  
OF LAND REFORM IN ACRE,  
BRAZILIAN AMAZON

**Thomas Ludewigs**

Ph.D. Dissertation. Graduate Program in Environmental Science. Bloomington: Indiana University, 2006.

From 1970 to 1999, almost 700,000 families were settled through land reform programs in Brazil. However, lot turnover contributed to re-concentration of land and to the limited success of these programs. This dissertation explores land-use decision-making in an aging land reform settlement in the Amazon. It focuses on how farmers respond to limited access to the information and to opportunities that are typical of the frontier context. I analyze the interactions among variables affecting families, communities and the agrarian structure of the settlement, and changes in land-use and cover (LUCC) resulting from these interactions. The study site is a government sponsored colonization project (P.C. Humaitá) in the State of Acre, Brazil. Variables affecting land-use choices were analyzed and studied through a micro-level approach using remote sensing linked to social sciences' techniques. A property grid (n=739) overlaid to satellite images (1981-2003) was used to analyze LUCC during this period. It was found that differences among social groups, access to urban centers, and use of agricultural credit contributed to explain LUCC along settlement's lifetime. The *Von Thünen* approach showed that lot consolidation into larger properties

was found to correlate with accessibility to urban centers, but not with deforestation. The dynamic of demographic land distribution is complex, and includes, among others, continuous arrival and departure of settlers, intergenerational changes, fragmentation and a move from larger to smaller lots and to local villages, occupational change from producer to off-farm labor, and connectivity between urban and rural families. It was also found that diversification of livelihood strategies through time comprises an important adaptive mechanism to the uncertain conditions that are present on frontier settlements, and that social learning processes help farmers deal with uncertainty and to take advantage of economic opportunities.

The high lot turnover rates and increasing in Gini indexes observed in Humaitá (225%) follows similar trends observed in other Amazonian sites, such as 270% in Altamira. It results from an inappropriate model of land reform, incapable of providing minimum conditions to incoming settler families to remain on their lots. In this sense, one might ask whether lot turnover and land concentration indicate a vicious cycle of uneven land distribution in Brazil? To what extent does history repeat itself? The skewed level of support received by settled farmers and the re-concentration trends shown in this dissertation are in line with earlier studies, hence pointing to such vicious cycle. The environmental costs are substantial: forest conversion of some 63.8 million ha to agropastoral

use, and depletion of biodiversity, nutrients, and hydrological resources.

According to Abramovay, land reform would be more socially effective in Brazil if it had occurred before the urbanization boom of the 1960s and 1970s (which it could have helped to smooth out). Nevertheless, it still has a potential to reduce rural poverty, if more consistent regional planning and infrastructural provisioning is implemented. An alternative mechanism of financing and executing land reform programs is also needed, including: (1) selection of areas designated for land reform based on criteria of environmental and economic sustainability of future settlements, in which focus is placed on areas served by all-weather roads and close to markets, and on achieving consistency between environmental legislation by the Environmental Protection Agency of Brazil (IBAMA) and INCRA, thus avoiding the regularization of settlements on irregularly occupied forested areas; (2) public-private partnerships with more accurate studies on the capability to provide infrastructure investments and delivery of public services; (3) incorporation of representatives of the civic society around community-based programs in all phases of implementation; for example, use of a polycentric governance model based on multiple centers of decision making, formally independent of each other but under a structure of ordered relationships and rules, and with consumers as co-producers of public services; (4) diversified provision of technical assistance and

agricultural credit support (also from the private sector) oriented toward the engagement of beneficiaries in agricultural markets; (5) fiscal incentives to cooperatives to establish processing plants and transformation industries of agricultural products; and (6) implementation of a land tax system based in social and environmental indicators, creating incentives for landowners to engage in sustainable projects. Further research on the outcomes of recent experiences in land reform, including multi-agency networks, negotiated land reform programs, and community-based approaches are needed.

A challenge of conservation in the Amazon is to maintain forest cover outside parks. The challenge of land reform is to promote land redistribution that is compatible with economic sustainability, market integration, and long-term conservation of natural resources. There have been enough experiences in the Amazon to inform innovative governance approaches and promotion of rural development. Despite disagreements and problems, land redistribution and regularization is an historical need in Brazil and in the Amazon, and should continue to receive attention as a policy priority for the region.

#### OCUPAÇÃO HUMANA E TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

**Gabriel Henrique Lui**

Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Interunidades ESALQ-CENA/USP.

Piracicaba: Universidade de São Paulo, 2008.



Poucos ambientes terrestres deixaram de sofrer algum nível de interferência humana. As populações pré-históricas tiveram um papel importante na formação de determinadas paisagens e, como consequência, suas ações contribuíram para as características das paisagens atuais. Na Amazônia, tais transformações antropogênicas são inferidas por indícios de: (1) queimadas; (2) assentamentos; (3) ilhas de florestas manejadas; (4) diques em formatos geométricos; (5) terra preta; (6) campos elevados; (7) redes de transporte e comunicação; (8) estruturas para manejo da água e da pesca; entre outros.

A partir da colonização européia no século XVI, a ocupação humana na região começou a receber novas influências. As relações com os recursos naturais estabelecidas pelas populações pré-colombianas foram muito pouco consideradas. A introdução de novas ferramentas e o choque cultural provocado pelos colonizadores alterou o nível de mobilização da energia do meio para as atividades produtivas humanas, ocasionando mudanças nos modos de vida das populações. A partir de meados do século XX, a implantação dos programas institucionais de colonização deu origem a uma nova motivação para a transformação das paisagens, pela qual a extração dos produtos florestais passou a ser uma atividade secundária, para dar lugar a uma lógica de supressão da floresta para introdução de novos elementos, que seriam produzidos para atender a um contexto externo. Além disso, o espaço passou a ser delimitado em propriedades

privadas, que só seriam reconhecidas em função da supressão da floresta para dar início às atividades produtivas. Dessa forma, houve um crescimento exponencial na escala espaço-temporal das transformações das paisagens.

Por meio da complementação e do confronto das perspectivas evolutivas, históricas e sociais, o presente trabalho se propôs a caracterizar as diferentes dinâmicas de ocupação nas paisagens amazônicas. O período estudado abrange desde a chegada do ser humano até os dias de hoje, buscando entender como o desenvolvimento da organização social e das tecnologias foi capaz de modificar as paisagens no passado e como o faz atualmente. Os dados foram analisados em função de um seqüenciamento temporal. Três dinâmicas de ocupação distintas foram caracterizadas e nomeadas em função dos diferentes níveis de transformação da paisagem, ao longo dos contextos históricos do período de estudo: (1) Dinâmica da Diversificação (9000 a.C. a 1600 d.C.), caracterizada pelo crescimento populacional, ocupação humana por toda a floresta, transporte e domesticação de espécies, alteração e supressão da paisagem em níveis locais e exploração manejada de diversas espécies para a manutenção da vida humana local; (2) Dinâmica da Simplificação (1600 d.C. a 1960 d.C.), caracterizada pela redução populacional, ocupação humana determinada pela acessibilidade dos rios, exploração excessiva de determinadas espécies, retirada de elementos do sistema para exploração comercial e (3) Dinâmica

da Supressão (a partir de 1960 d.C.), caracterizada pelo crescimento populacional, ocupação humana determinada pela acessibilidade dos rios e pela abertura de estradas, supressão e fragmentação da paisagem em níveis regionais, espacialmente distribuída pela floresta, apropriação do território, introdução e manejo de novas espécies que não permitem a recuperação da floresta e retirada de elementos do sistema para exploração comercial.

Como uma das conclusões, assumiu-se que o conceito de paisagem depende da existência de dois elementos: natureza e humanidade. Enquanto esses dois elementos coexistirem, a paisagem sempre estará presente, independente de suas qualidades. Dessa forma, nos 11.000 anos de convivência entre a humanidade e a floresta amazônica, não foi a sustentabilidade da paisagem que foi ameaçada e sim a sustentabilidade das próprias sociedades que dependem dela. Esse complexo cenário ecológico, social e econômico ao qual a Amazônia está atualmente submetida, tem como principal característica a presença de 85% das áreas ainda em bom estado de conservação. Tal proporção confere ao Brasil a responsabilidade de desenvolver novas técnicas de gestão ambiental que considerem as especificidades regionais, combinando o desenvolvimento econômico do país com a conservação da mais importante floresta tropical do mundo.

**OCUPAÇÕES HUMANAS  
PRÉ-HISTÓRICAS NO LITORAL  
MARANHENSE: UM ESTUDO  
ARQUEOLÓGICO SOBRE  
O SAMBAQUI DO BACANGA NA  
ILHA DE SÃO LUÍS, MARANHÃO**

**Arkley Marques Bandeira**

Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

A dissertação diz respeito à ocupação pré-histórica da Ilha de São Luís-Maranhão, a partir do estudo arqueológico realizado no sambaqui do Bacanga, que evidenciou vestígios materiais de populações pescadoras- coletoras- caçadoras e ceramistas, que se estabeleceram na região, em torno de 6.600 anos A.P. e permaneceram habitando esse assentamento até 900 A.P.

O referencial teórico pautou-se nos pressupostos da Arqueologia da Paisagem e da Antropologia das Técnicas e aglutinou uma gama de especialidades, envolvidas na datação de material arqueológico, na análise técnica da cerâmica, na identificação dos vestígios arqueofaunísticos, no levantamento topográfico, altimétrico e na execução de plantas e desenhos da distribuição espacial dos vestígios, bem como na caracterização geoambiental.

A descrição, interpretação e a correlação das informações obtidas no sambaqui do Bacanga permitiram construir conhecimento inédito sobre os processos ocorridos na pré-história da Ilha de São Luís, ao atestar a existência e permanência, por um longo período de tempo, de populações pescadoras- coletoras- caçadoras e ceramistas adaptadas a ambiente

estuarino-marinho, cuja dieta envolvia a captura de uma variedade de animais e a coleta de algumas espécies vegetais, mas que, contudo, encontrava a sua base de sustentação na pesca e na utilização de crustáceos e moluscos como alimentos. Um aspecto de fundamental importância para arqueologia brasileira e que não se obteve paralelo na literatura analisada relacionou-se à descoberta de um assentamento ceramista pré-sambaqui, cuja localização era a mesma do sambaqui do Bacanga, estando situado nas camadas mais antigas de ocupação, algo entre 6.600 a 5.500 anos A.P., com grande concentração de cerâmica, sem, no entanto, apresentar o acúmulo de restos alimentares nos pisos de ocupação. Depois disso, populações pescadoras-coletores-caçadoras e ceramistas do sambaqui propriamente dito assentaram-se entre 5.000 a 900 anos A.P.

A confirmação ou refutação das hipóteses levantadas para o sambaqui do Bacanga careciam fundamentalmente do estabelecimento de uma cronologia para a área de estudo. A coerência sobre as interpretações relacionadas aos processos de formação do sítio, sua correlação com o paleoambiente e a ocorrência de cerâmica no registro arqueológico só foram possíveis a partir do diálogo com as datações absolutas obtidas.

O procedimento para a construção da cronologia do sambaqui do Bacanga consistiu na escolha de dois setores distintos do sítio para coleta de diferentes tipos de amostras para realização de datações absolutas. As técnicas utilizadas foram: Absorção de CO<sub>2</sub> para estabelecimento de Carbono 14 para sete amostras de

conchas e Termoluminescência e Luminescência Opticamente Estimulada para oito amostras de cerâmicas, totalizando 15 elementos datados.

Em termos verticais, as escavações se deram até o solo arqueologicamente estéril, permitindo que todos os episódios que envolveram a chegada, a permanência, o desenvolvimento de atividades cotidianas e o abandono do assentamento fossem observados e temporizados. Além disso, outras informações importantes foram coletadas, principalmente as que se referem aos primórdios da ocupação humana da área do Bacanga, pois já se sabe que os primeiros grupos se estabeleceram na região em torno de 6.600 A.P. e que buscaram assentar-se em um ambiente formado por uma floresta de manguezal em expansão, uma vez que a grande disponibilidade de recursos no pós-período inicial do Holoceno, em áreas costeiras e estuarinas estava atraindo grupos humanos para essas regiões.

Conforme exposto, afirma-se que o sambaqui do Bacanga não foi edificado de uma única vez, sendo evidente que processos variados e em momentos distintos incidiram na formação desse assentamento, algo atestado pela ocupação temporal diferenciada de algumas áreas. Além disso, o que se percebe hoje como o sambaqui do Bacanga pode ser o resultado de distintos episódios de fixação humana na paisagem, sendo que fatores antrópicos e naturais atuaram na conformação e modelagem do sítio.

Com relação aos aspectos de formação do sambaqui do Bacanga, observando-se os elementos que formam os pisos de ocupação ou as camadas arqueológi-



cas percebe-se, claramente, uma diferenciação nos tipos de assentamento: em um primeiro momento, em torno de 6.600 a 5.800 anos A.P. grupos humanos chegam ao território do atual sambaqui do Bacanga, portando conhecimento para se produzir cerâmica e com uma subsistência pouco dependente dos recursos aquáticos dos ambientes costeiros e estuarinos, para em seguida, algo em torno de 5.800 a 3.900 A.P., começarem a acumular conchas, outros restos alimentares e bens materiais em sua área de moradia, permanecendo com a manufatura da cerâmica e bem adaptados à exploração de recursos do estuário do Bacanga e da Baía de São Marcos, com uma subsistência baseada na pesca, coleta de frutos do mar e em menor importância, a caça, até o abandono da área, em torno de 900 anos A.P.

Em síntese, a inserção do sítio em questão, nas escalas espaciais, temporais e ambientais, bem como o estudo dos vestígios arqueológicos estabeleceram parâmetros pioneiros para que futuras pesquisas no Maranhão encontrem referenciais de suporte e levem em consideração a história de longa duração dos primeiros povoadores da Ilha de São Luís.

#### **A MÃO E O MARTELO: A POLÍCIA MILITAR E OS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO PARAENSE**

**Alisson Gomes Monteiro**

Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito. Belém: ICJ/UFPA, 2008.

Este estudo foi realizado para identificar como a Polícia Militar, órgão responsável

pela preservação da ordem pública, por intermédio do policiamento ostensivo fardado, media os conflitos sociais no campo paraense. Esses conflitos foram, em regra, gerados por lutas históricas entre a maioria da população, que teve dificuldades de acesso à propriedade e à posse rural e uma pequena parcela que, privilegiada por um processo de ocupação centralizador e por um sistema econômico concentrador de renda, manteve o controle de grande parte dos meios de produção. O estudo aponta caminhos para que a Polícia Militar consiga ser instrumento de redução de desigualdades sociais e não um mecanismo de perpetuação dessas disparidades, tomando como necessidade analisar o papel do poder político, que deveria ser o irradiador das determinações, no sentido da proteção social, mas que acaba, principalmente por omissão, deixando essa corporação policial à mercê da influência da força econômica dos grandes latifundiários, que não raras vezes usam a violência como forma de manter as estruturas estabelecidas. Observou-se que a Polícia Militar age basicamente como um instrumento de força, um martelo, muitas vezes a serviço de elites agrárias que, por intermédio da violência, perpetuam um sistema produtivo excludente e concentrador de recursos. Verificou-se ainda a necessidade de se estabelecer uma cultura de mediação que seja transformadora da realidade institucional, de modo que o descrédito da Corporação seja ultrapassado, aproximando-se verdadeiramente da comunidade como um serviço público. Ocorre que, diante

dessa realidade de desequilíbrio de forças sociais, econômicas e políticas no campo paraense, essa corporação pública de policiamento tem deixado dúvidas quanto a sua capacidade de proteção, primordialmente daquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade, remetendo-se a casos recorrentes de privatização do serviço policial, em que representantes da Polícia Militar, comprometidos com demandas particulares, para obter ganhos pessoais, jogam por terra sua missão constitucional de proteção ao povo, por intermédio do fiel cumprimento do conjunto normativo existente no país. Foi possível verificar esses descaminhos em todas as regiões do Pará, de maneira especialmente penosa na área rural, aproveitando-se a vivência institucional de mais de quatorze anos, como Oficial da Polícia Militar, sendo que quase um terço desse tempo no trabalho de corregedoria. Constatou-se no campo que é mais contundente um fenômeno de instrumentalização distorcida, na qual a Polícia Militar acaba agindo direcionada por finalidades não estabelecidas constitucionalmente para sua atividade, levando-se em conta que a polícia funciona basicamente como uma ferramenta de força. Tornou-se fundamental ao estudo enxergar como se apresenta a mão, ou as mãos, que controlam esse instrumento, na medida em que se pode aplicar mais ou menos energia na contenção ou direcionamento das situações, a fim de atender um ou outro interesse. Procurou-se demonstrar que uma polícia construída sob um novo paradigma pode, então, transformar essa realidade

de distanciamento da população, deixando para trás o viés tradicional que constituiu o policial em um elemento guerreiro, que vê a sociedade como inimiga em potencial e age perdendo de vista as ações que identificam a noção de justiça social. Reconhecendo que o arcabouço jurídico é, atualmente, o menor dos problemas quanto à consecução da garantia de direitos humanos, porquanto desde a base constitucional, em tese, a legislação avançou bastante para a proteção dos direitos das pessoas, é a atuação da corporação na efetiva concretização desses direitos que vai apresentar a polícia como um órgão mais atraente para a sociedade. Defendeu-se que cabe aos agentes policiais irem além do cumprimento seco da legislação, no afã de realizar a proteção da cidadania, devendo ampliar sua atuação no caminho de valores éticos que deixem claro sua função garantidora de direitos, principalmente dos hipossuficientes, definindo-se três eixos de atuação, isto é, o respeito à legalidade, a atuação técnico-profissional e o seguimento de ações éticas. Nesse sentido, escolheram-se casos concretos, nos quais todos esses conceitos trabalhados puderam ser analisados, começando pelo acontecido em 17 de abril de 1996, em Eldorado do Carajás, município do sudeste paraense, onde um grupo de dezenove (19) integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) foi morto por tropas da Polícia Militar durante uma tentativa de desocupação da PA-150, importante rodovia da região. Mundialmente conhecido como Massacre de Eldorado do Carajás, apesar de inú-

meras obras, relatos, estudos, ou seja, de muito se ter dito sobre o fato, há ainda ângulos inexplorados no conflito, que acreditamos poder percorrer, principalmente vendo o fato a partir do olhar policial, perscrutando a técnica, as questões normativas e a conduta ética durante o evento. Viu-se também situação ocorrida no município de Altamira, envolvendo o efetivo do 16º Batalhão de Polícia Militar, no qual um contingente foi instalado em uma região de conflito entre comunidades que já se encontravam na localidade há pelo menos setenta anos e uma grande empresa exploradora, que se intitulava proprietária da área. Nessa esteira, se discutiu os indícios de que a empresa financiava as atividades da Polícia Militar, no que concerne às questões de alojamento e de toda a estrutura logística, sendo que a missão principal da força policial seria a preservação da ordem, o que implicava na *proteção da propriedade privada e no combate a invasores da região*. Por fim, trabalhou-se o caso do policiamento realizado dentro da reserva indígena Tembé, localizada no nordeste do estado, onde, diante de uma população etnicamente diferenciada, a Polícia Militar encontra grandes dificuldades, quanto ao preparo para uma relação intercultural e, nesse sentido, a mediação entre os Tembé e os colonos da região acaba não ocorrendo da melhor forma. A partir desse cenário multifacetado, de conflitos de diversos tipos e com atores também bastante distintos, a Polícia Militar foi estudada como central, no que se refere à sua capacidade de mediação, quanto a sua imparcialidade e questionando

se em sua atuação pode ser identificada a característica democrática, essencial na consolidação de uma estrutura de organização republicana.

**“É UM PESSOAL LÁ DE BRAGANÇA...”: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO ACERCA DE IDENTIDADES EM UMA FESTA DE MIGRANTES PARA SÃO BENEDITO EM ANANINDEUA, PARÁ**

**Sônia Cristina de Albuquerque Vieira**  
Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Antropologia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2008.

Este é um estudo que aborda uma festa em homenagem a São Benedito em Ananindeua/PA, um ritual realizado por migrantes oriundos da cidade de Bragança, interior deste mesmo estado, onde acontece uma tradicional festa para São Benedito há mais de 200 anos. Durante 23 anos este grupo de migrantes reproduz esta festa em Ananindeua, cidade pertencente à região metropolitana da capital do estado, Belém, aos moldes da que é realizada em Bragança, celebrando o que será interpretado como “bragantividade”, ou seja, elementos simbólicos eleitos para representar o pertencimento aos nascidos na cidade de Bragança, com determinadas formas de fazê-lo, traduzidas nesta ‘condição’ de bragantinos. Assim, em torno da festa, são acionados os elementos que marcam esta celebrada identidade.

**OLHARES INTOLERANTES:  
CONFLITOS NA PERCEPÇÃO SOBRE  
SAÚDE, CURA E ASSISTÊNCIA ENTRE  
AS MEDICINAS OCIDENTAL  
E INDÍGENA**

**Mônica Cristina da Silva Dias**

Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará, 2008.

aos indígenas. Analisa-se a supremacia da biomedicina dentro do campo da medicina ocidental demonstrando que os conflitos não decorrem, necessariamente, da relação entre cosmologias distintas.

O presente trabalho tem por objetivo perceber os conflitos existentes entre a medicina ocidental e as medicinas ou terapias indígenas. A primeira, refere-se ao modelo implementado nas estruturas do estado brasileiro, ou seja, das unidades de saúde aos hospitais, sendo aquela que é oferecida na assistência pública ou nos serviços privados. A segunda, por sua vez, é oriunda de saberes locais, sendo utilizada entre os membros de cada etnia indígena, com práticas e representações mais particulares. As relações etnocêntricas aparecem na análise não como fenômeno orientador, ou como eixo explicativo dos conflitos entre saberes distintos, visto que as realidades apontam para outras interpretações para além de apenas um estranhamento intercultural. A partir do discurso obtido nas narrativas dos agentes envolvidos - profissionais de saúde (indígenas e não-indígenas) e usuários (indígenas), observa-se uma desmistificação das representações que, de alguma forma, têm se reduzido apenas à discussão sobre o processo de saúde e doença, procurando apreender as estratégias utilizadas pelas sociedades indígenas e o nível de compreensão dos profissionais de saúde sobre as referências étnicas, para melhor planejar as políticas públicas de saúde destinadas